ESTE ARTIGO FOI DISTRIBUÍDO POR:

http://livrosbpi.com

CEL – Célula de Entretenimento Libertário - Célula BPI
BPI – Biblioteca Pública Independente

**** Talvez iremos mudar de link! Fique atento! Quando mudarmos você será avisado ao entrar na página da BPI ****

Anarquismo
segundo a Enciclopédia Britânica, 1910
Por Peter Kropotkin

ANARQUISMO (do grego ἀν e ἀρχος, contrário à autoridade), é o nome dado ao princípio ou teoria de vida e conduta em que a sociedade é concebida sem governo. A harmonia em tal sociedade é obtida, não pela submissão a leis, ou pela obediência a alguma autoridade, mas pela livre concordância estabelecida entre vários grupos, territoriais e profissionais, livremente constituídos em favor da produção e do consumo, e também para a satisfação da infinita variedade de necessidades e aspirações de um ser civilizado. Em uma sociedade desenvolvida nessas linhas, as associações voluntárias que estarão presentes em todos os campos da atividade humana se estenderão de tal forma que substituirão o estado em todas suas funções. Elas constituirão uma rede composta por uma variedade infinita de grupos e federações de todos os tamanhos e graus, locais, regionais, nacionais e internacionais temporárias ou mais ou menos permanentes -- para todos os possíveis propósitos: produção, consumo e troca, comunicações, arranjos sanitários, educação, proteção mútua, defesa do território, e assim por diante; e, por outro lado, para a satisfação de um

número crescente de necessidades científicas, artísticas, literárias e sociais.

Além disso, tal sociedade não representaria nada imutável. Pelo contrário -- como é visto em larga escala na vida orgânica -- a harmonia resultaria do homem seguindo a sua própria razão (pelo argumento) e de constantes ajustes e reajustes para o equilíbrio entre as múltiplas forças e influências, e este ajuste seria mais fácil de ser obtido assim do que com as forças que desfrutam da proteção especial do estado.

Se, pela força da razão, a sociedade fosse organizada nestes princípios, o homem não teria o livre exercício dos seus poderes no trabalho produtivo limitado por um monopólio capitalista, mantido pelo estado; nem seria limitado no exercício de sua vontade por medo de castigo, ou pela obediência a indivíduos ou entidades metafísicas, que conduzem à supressão da iniciativa e ao servilismo da mente. Ele seria guiado em suas ações pela sua própria compreensão, necessariamente marcada pela ação livre e pela interação de seu próprio ego com as concepções éticas de seu ambiente. O homem estaria habilitado a obter o pleno desenvolvimento de todas suas faculdades, intelectuais, artísticas e morais, sem ser impedido pelo excesso de trabalho imposto pelos monopolistas, ou pelo servilismo e inércia mental de grande número de pessoas. Assim, ele poderia alcançar sua plena *individualidade* que não é possível sob o atual sistema de *individualismo* ou sob qualquer sistema de socialismo estatal, o dito *volkstaat* (estado popular).

Além disso, os escritores anarquistas não consideram sua concepção uma utopia, construída com base em um método *pré* determinado, após alguns desideratos terem sido estabelecidos como postulados. É derivada, argumentam, de uma *análise de tendências* que já estão atuando, que nada tem a ver com as vantagens temporárias que o socialismo estatal obtém dos reformadores. O progresso da técnica moderna que simplifica maravilhosamente a produção de todas as necessidades da vida; o espírito crescente de independência, e a rápida expansão da livre iniciativa e da franca compreensão de todos os ramos de atividades -- incluindo aqueles que antigamente eram

considerados como atribuições privativas da igreja e do estado -- continuamente reforçam a tendência pelo não-governo.

No que se refere às suas concepções econômicas, os anarquistas acreditam que o sistema de propriedade privada da terra e a produção capitalista que tem como objetivo o lucro, representam um monopólio que vai ao mesmo tempo contra os princípios de justiça e contra os de utilidade. Os anarquistas consideram o sistema salarial e a produção capitalista um obstáculo para o progresso. Porém, assinalam também que o Estado sempre foi, e continua sendo, o principal instrumento para que poucos proprietários monopolizem a terra e para que os capitalistas se apropriem de um volume totalmente desproporcionado do excedente acumulado da produção.

Os anarquistas, portanto, enquanto combatem o atual monopólio da terra e o capitalismo, combatem com a mesma energia o Estado, que é o apoio principal do sistema. Não combatem esta ou aquela forma de Estado, mas o Estado em si, tanto o monarquista quanto o republicano. Tendo sido sempre a organização do Estado (na história antiga como na moderna), o instrumento para assentar os monopólios das minorias dominantes, não pode ser utilizada para a destruição destes monopólios. Os anarquistas consideram, portanto, que entregar ao Estado todas as fontes principais da vida econômica (a terra, as minas, as ferrovias, os bancos, os seguros, etc.) assim como o controle de todos os ramos da indústria, além de todas as funções que acumula já em suas mãos (educação, religiões apoiadas pelo Estado, defesa do território, etc.), significaria criar um novo instrumento de domínio. O capitalismo de Estado de tipo socialista só aumentaria os poderes da burocracia e do capitalismo. Ao contrário, o verdadeiro progresso está na descentralização, tanto territorial como funcional, no desenvolvimento do espírito local e da iniciativa pessoal e na federação livre do simples ao complexo, ao invés da hierarquia atual que vai do centro à periferia.

Os anarquistas, reconhecem que, como toda evolução natural, a lenta evolução da sociedade é seguida às vezes pela evolução acelerada chamada revolução, e acreditam que a era das revoluções ainda não se concluiu. Nos períodos de lenta

evolução, todavia, dever-se-ia reduzir os poderes do Estado formando organizações em todos os vilarejos e cidades ou comunidades de grupos locais de produtores e consumidores, assim como federações regionais ou internacionais destes grupos.

Os anarquistas se opõem, segundo os princípios expostos, a participar da organização estatal atual e a apoiá-la e infundir-lhe sangue novo. Não pretendem constituir, e convidam os trabalhadores a não fazê-lo, partidos políticos que concorram a eleições para parlamentos. Portanto, desde a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1866), os anarquistas procuraram propagar suas idéias diretamente nas organizações operárias, e induzi-las a uma luta direta contra o capital, sem depositar fé alguma na legislação parlamentar.